

Sobberania e  
Defesa Nacional

**2.**

**SOBERANIA E DEFESA  
NACIONAL**

## INTRODUÇÃO

No início de 2003, havia carências na organização da indústria de aparelhamento defensivo, com a finalidade de assegurar autonomia operacional para a Marinha, para o Exército e para a Aeronáutica, bem como de meios para garantir a composição dos efetivos.

Novos objetivos foram preconizados, tendo por base os princípios constitucionais da não intervenção, da solução pacífica dos conflitos e do engrandecimento do Brasil, sem hegemonia ou dominação, mas reconhecendo a necessidade de o País estar preparado para se defender de agressões e de ameaças características potenciais. É quando se estabelece a Estratégia Nacional de Defesa, à luz de aspectos positivos e de vulnerabilidades da conjuntura então vigente.

Dentre os aspectos positivos, ressaltam-se:

- A identificação das Forças Armadas com a sociedade brasileira, com altos índices de confiabilidade.
- A adaptabilidade do brasileiro a situações novas e inusitadas, criando uma condição propícia a uma cultura militar pautada pelo conceito da flexibilidade.
- A excelência do ensino nas Forças Armadas, no que diz respeito à metodologia e à atualização em relação às modernas táticas e estratégias de emprego de meios militares, incluindo o uso de concepções próprias, adequadas aos ambientes operacionais de provável emprego.

Como vulnerabilidades da estrutura de defesa do País, destacavam-se:

- O pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e a escassez de especialistas e de instituições acadêmicas voltadas para esses temas.
- A insuficiência e a descontinuidade na alocação de recursos orçamentários.
- A obsolescência e a dependência externa de equipamentos das Forças Armadas, além de ausência de direção unificada para aquisições de produtos de defesa.
- A inadequada distribuição espacial das Forças Armadas no território nacional.
- A insuficiência de recursos e a desarticulação governo-sociedade para pesquisa científica voltada ao desenvolvimento de material de emprego militar.
- A política industrial e tributária e a falta de incentivos à indústria nacional de defesa.
- Os deficientes sistemas nacionais de logística e de mobilização.

### Desafios do mandato e compromissos assumidos

A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades nos assuntos de defesa permitem vislumbrar as seguintes oportunidades a serem exploradas:

- Maior engajamento da sociedade brasileira, assim como maior integração dos diferentes setores dos três poderes do Estado brasileiro e desses setores com os institutos nacionais de estudos estratégicos, públicos ou privados.
- Regularidade e continuidade na alocação dos recursos orçamentários de defesa.
- Aparelhamento das Forças Armadas e capacitação profissional de seus integrantes.
- Otimização dos esforços em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa, por intermédio, dentre outras, das seguintes medidas:
  - ✓ Maior integração das indústrias estatal e privada de material de defesa, com a definição de um modelo de participação na produção nacional de meios de defesa.
  - ✓ Estabelecimento de regime jurídico especial para a indústria nacional de material de defesa, que possibilite a continuidade e o caráter preferencial nas compras públicas.
  - ✓ Integração e definição centralizada na aquisição de produtos de defesa de uso comum, compatíveis com as prioridades estabelecidas.
  - ✓ Condicionamento da compra de produtos de defesa no exterior à transferência substancial de tecnologia, inclusive por meio de parcerias para pesquisa e fabricação no Brasil de partes desses produtos ou de sucedâneos a eles.
  - ✓ Articulação das Forças Armadas, compatível com as necessidades estratégicas e de adestramento dos Comandos Operacionais, tanto singulares quanto conjuntos, capaz de levar em consideração as exigências de cada ambiente operacional, em especial o amazônico e o do Atlântico Sul.
  - ✓ Fomento da atividade aeroespacial, de forma a proporcionar ao País o conhecimento tecnológico necessário ao desenvolvimento de projeto e de fabricação de satélites e de veículos lançadores de satélites e ao desenvolvimento de um sistema integrado de monitoramento do espaço aéreo, do território e das águas jurisdicionais brasileiras.

- ✓ Desenvolvimento das infraestruturas marítima, terrestre e aeroespacial necessárias para viabilizar as estratégias de defesa.
- ✓ Promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte.
- ✓ Estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro.
- ✓ Valorização da profissão militar, a fim de estimular o recrutamento de seus quadros em todas as classes sociais.
- ✓ Aperfeiçoamento do Serviço Militar Obrigatório, na busca de maior identificação das Forças Armadas com a sociedade brasileira, e de estudos para viabilizar a criação de um Serviço Civil, a ser regulado por normas específicas.
- ✓ Expansão da capacidade de combate das Forças Armadas, por meio da mobilização de pessoal, material e serviços, para complementar a logística militar, no caso de o País se ver envolvido em conflito.
- ✓ Otimização do controle sobre atores não governamentais, especialmente na região amazônica, visando à preservação do patrimônio nacional, mediante ampla coordenação das Forças Armadas com os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pela autorização de atuação desses atores no País, sobretudo daqueles com vinculação estrangeira.

## O QUE FOI FEITO

### A) SOBERANIA E DEFESA NACIONAL

O Brasil, nos últimos anos, vem gradativamente alcançando papel de destaque no cenário mundial, com conseqüente crescimento dos desafios intimamente ligados à defesa e à preservação de uma postura soberana e independente frente à comunidade internacional. Assim, requer forças de proteção corretamente dimensionadas e equipadas, inseridas no contexto de uma estratégia de dissuasão, o que demanda reconhecidas credibilidade e capacidade de pronto emprego, além do suporte de uma indústria de defesa crível.

Desse modo, foi reestruturado o Ministério da Defesa e criada a Estratégia Nacional de Defesa (END), no intuito de reorganizar as Forças Armadas, de reestruturar a indústria brasileira de material de defesa e a política de recomposição dos efetivos das Forças Armadas. A participação da sociedade civil no debate sobre a defesa nacional foi constatada como outro ponto focal, especialmente na geração de pesquisas científicas e tecnológicas que aumentem a autonomia do País em relação ao exterior – tanto em atividades civis quanto militares. Nessa perspectiva, de pesquisas e de desenvolvimento na fronteira do conhecimento, o Brasil tem se destacado em tecnologia aeroespacial como pioneiro na construção do conhecimento ao demonstrar, como futura alternativa para o acesso ao espaço, a viabilidade do emprego da propulsão a laser em velocidades hipersônicas. Além disso, desenvolveu o primeiro motor aeronáutico a pistão no mundo, que será certificado para operar tanto com gasolina de aviação quanto com álcool, ou com qualquer mistura desses dois combustíveis, com o propósito de ser usado pelas pequenas aeronaves da aviação geral.

A promoção de ações articuladas dos setores de defesa junto à sociedade brasileira contribui para a convergência e para a evolução em um contexto de reorganização e de ampliação de sua legitimidade. Nesse processo de inserção, a educação para o desenvolvimento é estimulada por meio de projetos como o Soldado Cidadão, que oferece aos jovens cursos profissionalizantes, proporcionando-lhes capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, de modo a melhorar as condições de ingresso no mercado de trabalho, bem como o Programa Forças no Esporte e a organização da Comissão Desportiva Militar do Brasil.

Cabe ressaltar que, historicamente, o País tem contribuído com o esforço internacional para a promoção da paz mundial, seja atendendo a solicitações de organismos internacionais, seja por meio de acordos, de protocolos e de mecanismos firmados pelo Governo Brasileiro, com o emprego de militares em missões individuais e/ou de tropa. Essa participação ratifica a efetividade militar como instrumento da política externa brasileira. Ao final de 2003, o Brasil participava, apenas, com 76 militares e oito policiais militares nas missões de paz das Nações Unidas, enquanto, até setembro de 2010, essa participação saltou para 2.245 militares e 17 policiais militares, o que significa um incremento em torno de 2.900%.

A participação das Forças na agregação, no desenvolvimento regional e no fortalecimento da cidadania pode ser notada, ainda, no retomado Projeto Rondon, na continuação do Programa Calha Norte, na elaboração de produtos e de suprimento, na manutenção de material cartográfico e nas atividades de proteção de fronteiras.

No que tange ao cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, foram realizados exercícios de operações conjuntas da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. O objetivo é manter as Forças preparadas e em condições de, a qualquer tempo e quando acionadas, promover a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem no País, atuando de forma integrada. Outra medida adotada é a promoção anual de planejamentos conjuntos, tanto no nível estratégico quanto no operacional, resultando em um sistema integrado de comando e de controle, com processamento, em tempo real, das informações recebidas.

## Estratégia Nacional de Defesa (END)

A Estratégia Nacional de Defesa (END), definida como o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro, visa complementar a Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 2005. A PDN é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e orientações para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do poder nacional.

Por meio de ações estratégicas de médio e de longo prazos, a END estabelece formas de alcançar os objetivos preconizados pela Política. Direciona de forma sistemática a reorganização e a reorientação das Forças Armadas, a reestruturação da indústria de produtos de defesa, com a finalidade de assegurar a autonomia operacional para as três forças, e a redefinição do papel do Ministério da Defesa.

Especial atenção foi dada à política de recomposição dos efetivos das Forças, sobretudo a reconsideração do Serviço Militar Obrigatório, para que o País desenvolva as capacidades necessárias para enfrentar os desafios do presente e as incertezas do futuro.

### Objetivos

- Integrar as vertentes institucional (civil) e operacional (militar) do Ministério da Defesa.
- Reformular o papel do Estado-Maior de Defesa (EMD), transformando-o em Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).
- Criar as secretarias de Produtos de Defesa e de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, conforme determina a END.
- Adotar iniciativas voltadas a atualizar a legislação específica relativa à organização, ao preparo e ao emprego das Forças Armadas e competências do Ministério da Defesa.

### Data de início

18/12/2008

### Instrumentos legais

- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008
- Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010
- Medida Provisória nº 499, de 25 de agosto de 2010

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

No decorrer dos anos, verificou-se a necessidade de elaborar um documento que preenchesse o espaço existente entre a PDN e os documentos militares norteadores do preparo e do emprego das Forças Armadas, que trouxesse o assunto defesa para a agenda nacional. O resultado foi a elaboração da END.

Uma das ações decorrentes da END previa a reestruturação do Ministério da Defesa, concebida a partir da peculiar característica do Ministério: um órgão de natureza civil, mas integrado por civis e militares. Sua criação deveu-se ainda à observância dos critérios de eliminação de superposição e de fragmentação de ações e do aumento de amplitude de comando, tudo em estrito cumprimento ao disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, associado ao que dispõe a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Há que se notar que, à época da criação da Pasta, sua estrutura organizacional era reduzida, com apenas três secretarias finalísticas, com número de cargos em comissão e de funções compatíveis com o tamanho, idealizado para atender àquela situação – focada prioritariamente nas suas missões precípuas.

Dos estudos realizados, emergiu a percepção de que o Ministério da Defesa apresenta uma peculiaridade em relação aos demais, que é a convivência de duas vertentes: institucional – como ministério civil – e operacional – como condutor e coordenador das ações militares de Defesa. Assim, a reestruturação focalizou a integração dessas duas dimensões mediante o compartilhamento de recursos e pela estruturação das vertentes em componentes especializados.

Assim, além do Decreto que reestrutura a Pasta, remetido ao Ministério do Planejamento por meio da Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00369/MD/MP, de 6 de setembro de 2010, foi elaborado o Projeto de Lei que cria cargos para o Ministério da Defesa, remetido ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 498, a fim de dar subsistência e robustez ao programa de reestruturação do Ministério.

Com relação à modernização da estrutura nacional de defesa, constatou-se a necessidade de atualização da legislação específica relativa à organização, ao preparo e ao emprego das Forças Armadas e das competências do Ministério da Defesa, o que culminou com a publicação da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e da Medida Provisória nº 499, de mesma data.

## Resultados

O principal resultado foi a inserção da END, definitivamente, como um projeto de Estado e não de Governo. Os resultados obtidos ainda não foram consolidados, uma vez que a END, iniciada em 2009, é focada em ações estratégicas de médio e de longo prazos.

## Preparo e emprego das Forças Armadas

O preparo contínuo de cada uma das Forças Armadas (quadros e núcleo-base) busca manter corpos militares equipados e dimensionados, de acordo com a extensão do território, inseridos no contexto de uma estratégia de dissuasão, o que demanda reconhecidas credibilidade e capacidade de pronto emprego, além do suporte de uma indústria de defesa crível.

O Programa também se sedimenta no aparelhamento das Forças, por meio da aquisição de materiais de consumo e daqueles permanentes, da contratação de serviços, da coordenação do sistema de prevenção de acidentes, da participação de compromissos internacionais, inclusive com a preparação de organizações militares de força de paz, com a realização de obras de manutenção e com a construção relativa ao programa de apoio à instrução, ao treinamento e ao transporte operacional da tropa.

A interoperabilidade das Forças Armadas integra o escopo do planejamento por meio de atividades programadas, com exercícios voltados à capacitação para o desempenho das ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e do fornecimento de apoio às comunidades nacional e internacional, de acordo com o prescrito na Constituição Federal.

A partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças tem sido redimensionada e redirecionada, para atender adequadamente ao disposto na Estratégia Nacional de Defesa por meio do:

- Reposicionamento dos efetivos das Forças: atualmente, as principais unidades do Exército encontram-se no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro, enquanto as instalações tecnológicas da Força Aérea estão quase todas localizadas em São José dos Campos (SP).
- Adensamento da presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras: nas fronteiras terrestres e nas águas jurisdicionais brasileiras, as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea têm, sobretudo, tarefas de vigilância.
- Prioridade para a região amazônica: a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa e exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença<sup>1</sup>.

Outros destaques são a cooperação na construção de obras de infraestrutura, na regularização fundiária (com cadastramento de moradores e levantamentos topográficos com delimitação da área da União a ser regularizada) e no emprego da Força Terrestre, de caráter emergencial e temporário, para complementar a distribuição de água potável nas regiões atingidas por desastres. Nos casos de calamidades, a colaboração dá-se por meio da distribuição de recursos alocados pela União, por meio de planejamento, coordenação e fiscalização da busca, do transporte e da desinfecção da água potável, com uso de carros-pipas contratados.

## Objetivos

- Garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional.
- Preparar as forças brasileiras para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, da lei e da ordem.
- Dotar o País de meios capacitados para operações especiais, a fim de ampliar a capacidade de pronta resposta às situações de crise e/ou de conflitos, disponibilizando tropa altamente treinada, com meios modernos e de avançada tecnologia, em condições de atuar nos mais diversificados cenários no Brasil e no mundo.
- Manter brigadas blindadas na região Sul.
- Racionalizar o emprego de forças blindadas, concentrando-as em ambiente operacional adequado, facilitando o treinamento e reduzindo custos de manutenção.

1. Ver subeixo Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável no Eixo 1, Parte II.

- Implantar Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira (AM), proporcionando melhores condições para a vigilância e defesa da região Amazônica brasileira, principalmente na porção noroeste do País, ampliando a capacidade dissuasória da Força Terrestre ante possíveis ameaças à soberania nacional.
- Reposicionar os efetivos das três forças.
- Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras: nas fronteiras terrestres e nas águas jurisdicionais brasileiras, as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea têm, sobretudo, tarefas de vigilância.
- Priorizar a região amazônica: a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

### Data de início

2003

### Instrumentos legais

- Caput, art. 142, da Constituição Federal
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999
- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
- Decreto nº 4.735, de 11 de junho 2003
- Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000 (Plano Plurianual – PPA 2000/2003)
- Lei nº 10.993, de 11 de agosto de 2004 (PPA 2004/2007)
- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (PPA 2008/2011)
- Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983
- Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997
- Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008
- Lei complementar nº 136/2010
- Lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004
- Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004
- Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005
- Decreto nº 5.125, de 1º de julho de 2004
- Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A guerra, como hoje se apresenta no mundo, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas. Essa é a razão pela qual se torna imprescindível propiciar os meios necessários ao preparo e ao emprego das Forças Armadas em operações conjuntas. Ressalta-se que essas atividades não concorrem com o preparo e com o emprego singular de cada Força.

O provimento das necessidades da Aeronáutica, do Exército e da Marinha cria uma mentalidade de arregimentação, conscientizando os militares sobre a importância do potencial de mobilização para assegurar a capacidade operacional das Forças. Ressalta-se sua relevância no contexto da Estratégia Nacional de Defesa, proporcionando à tropa os conhecimentos indispensáveis ao treinamento dos integrantes do Sistema de Mobilização do Exército (Simobe) permitindo, em curto prazo, a ampliação da estrutura militar.

O reposicionamento das Forças também se faz necessário tendo em vista que as preocupações mais agudas de defesa estão no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná – atualmente a esquadra concentra-se na cidade do Rio de Janeiro.

O Exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção. Deverá também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado – as principais unidades do Exército ainda se encontram no Sudeste e no Sul do Brasil. Em relação às instalações tecnológicas da Força Aérea, quase todas estão localizadas em São José dos Campos, em São Paulo.

## Resultados

- Participação Brasileira em Missões de Paz: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah e 11 outras missões de paz.
- Operações militares combinadas e conjuntas.
- Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira.
- Operações militares subsidiárias:
  - ✓ Apoio ao Plano de Contingência Brasileiro para o Enfrentamento de Pandemias.
  - ✓ V Reunião de Cúpula das Américas.
  - ✓ Operação Arco Verde.
  - ✓ Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.
  - ✓ Emergência nuclear.
  - ✓ Apoio à Defesa Civil.
  - ✓ Apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em exercícios de simulação de emergência sanitária.
  - ✓ Participação na reforma do Palácio do Planalto e no levantamento georreferenciado de cerca de dez milhões de hectares, dentre outros.
- Nos últimos oito anos, todas as metas da Força Terrestre têm sido atingidas, com a realização de 52 operações militares em território nacional e de duas operações externas. Dentre as operações nacionais destacam-se:
  - ✓ Operações Guanabara e Minas Gerais: realizadas na área do Comando Militar do Leste. A primeira visou ao apoio aos órgãos de Segurança Pública no combate à criminalidade no município do Rio de Janeiro e adjacências, entre fevereiro e março de 2003. Já a segunda objetivou a condução de operações militares no estado de Minas Gerais, com prioridade para Belo Horizonte, a fim de cooperar com a manutenção da ordem pública e de preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio do estado, em junho de 2004.
  - ✓ Operação Raposa Serra do Sol: teve a missão de prestar apoio logístico (alojamento, alimentação e transporte) aos agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Incra e da Funai, empregados em ações na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Realizada em Roraima, na área do Comando Militar da Amazônia, entre 17 e 28 de abril de 2006.
  - ✓ Operação Barragem: por determinação presidencial, visou à segurança das instalações da Hidrelétrica de Tucuruí diante das ações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Realizada entre 23 e 31 de maio de 2007, na área do Comando Militar da Amazônia.
- As operações externas, chamadas Operação Liberdade I e II prestaram apoio em transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para resgatar pessoas que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Realizadas em território colombiano entre 29 de janeiro e 10 de fevereiro de 2009 e 25 de março a 7 de abril de 2010, respectivamente.
- Na Força Aérea, foram realizados treinamentos operacionais por meio do Plano de Missões de Ensino no Brasil e no exterior (Plamens) e do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (Plamtax). Também foram executadas operações aéreas e terrestres, no que concerne às missões humanitárias e de cunho operacional. Os cursos, intercâmbios e exercícios ocorrem todos os anos, com duração variável e em diversos países, tais como: Reino Unido, Suécia, França, Espanha, Portugal, Itália, Israel, Rússia, Coreia do Sul, EUA, Canadá, África do Sul e todos os pertencentes à América do Sul.
- Realizadas operações aéreas e terrestres, no que concerne a missões do tipo humanitária e de cunho operacional em situações de acidentes e de catástrofes naturais no Brasil e na América do Sul:
  - ✓ Operação Rondon: transporte de universitários para apoio à população carente da região amazônica.
  - ✓ Operação Gota: vacinação da população mais carente da região Norte.
  - ✓ Operação Nordeste: socorro às vítimas de calamidades, como nas enchentes ocorridas nos estados de Pernambuco, Maranhão, Piauí, Alagoas, dentre outros, mediante o transporte do Hospital de Campanha (HCamp), do Módulo de Apoio a Ponto Remoto (Mapre), de bombeiros, médicos, enfermeiros, engenheiros, técnicos, militares das Forças Armadas e auxiliares, víveres, medicamentos, mantimentos diversos e resgate às vítimas.
  - ✓ Apoio às vítimas das enchentes na Bolívia (2008).
  - ✓ Apoio às vítimas das enchentes em Santa Catarina (2008).
  - ✓ Busca do Air France 447, por ocasião de seu desaparecimento sobre o Oceano Atlântico, próximo ao Nordeste brasileiro (2009).



- ✓ Apoio às vítimas do terremoto no Chile (2010) e no Haiti (2010), realizando diversas missões de voo para o transporte de suprimentos até os dois países e de novos efetivos das Forças Armadas brasileiras para o Haiti.
- No Poder Naval, destacam-se a ampliação da capacitação operacional e da qualificação profissional, as execuções de programas de preparo e o emprego do Poder Naval, o ensino profissional, o reaparelhamento e adequação, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), o Programa Recursos do Mar, a Segurança da Navegação Aquaviária e o Serviço de Saúde das Forças Armadas.
- Implantada a Brigada de Operações Especiais em Goiânia, Goiás, criada pelo Decreto nº 4.289, de 27 de junho de 2002, teve sua implantação iniciada em dezembro de 2003.
- Implantada a 3ª Companhia de Forças Especiais, a partir de setembro de 2005, em Manaus, Amazonas.
- Implantada a 11ª Brigada de Infantaria Leve, em Campinas, São Paulo, SP), em substituição à 11ª Brigada de Infantaria Blindada, pelo Decreto nº 5.261, de 3 novembro de 2004.
- E ainda:
  - ✓ 19 exercícios no Comando Militar da Amazônia: operações Curare (duas), Pacajá e Pacajá II, Roraima VI e Roraima VII, Cucuí, Cacunaca, Domingos Samboceti III, Garra II, de Volta para Casa, Tefé, Gavião, Defesa, Braço Forte, Arari III, Ajuricaba VI, Comando e Controle e Jiboia.
  - ✓ Dez exercícios no Comando Militar do Leste: operações Membeca (duas), Guapimirim (duas), Laçador, Laguna, Membeca, Atlântico Verde I e II e Sentinela.
  - ✓ 19 exercícios no Comando Militar do Nordeste: operações Serra da Capivara, Itabaiana, Mundaú II, Timbu III, Pedra do Cavalo, Serra, Matias de Albuquerque, Carcará V, Marabá, Pedra do Cavalo, Quinamuim, Sete Colinas, Jaguaribe, Timbu, Sertanejo, Serra, Rio Grande, Mata Atlântica e Oásis.
  - ✓ 18 exercícios no Comando Militar do Oeste: em 2008, operações Forpan e Paiaguás. Em 2009, Laguna, Araúna, Cáceres, Forpan (18ª Brigada de Infantaria de Fronteira), Forpan I e II (4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada), Melgaço, Quebracho, Nabileque, Atalaia, Ribeirinha, Coxipó, Cadeado (4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira e 13ª Brigada de Infantaria Motorizada).
  - ✓ Seis exercícios no Comando Militar do Sudeste: operações Agulhas Negras (duas), Garantia da Lei e da Ordem (GLO), da 2ª Divisão de Exército (DE). E o Sol é o Czar, Olho Vivo V e Exercício de GLO, da 2ª DE.
  - ✓ 15 exercícios no comando Militar do Sul: operações Jacuí, Período de Adestramento Avançado (PAA), Aramadura, Guarani, Jacuí, Farroupilha, Tupi, Fênix, Espada, Escudo, Coxilha, Centauro, Cadeado (8ª Brigada de Infantaria Motorizada), Lança e Guarda-Chuva.
  - ✓ Oito exercícios no Comando Militar do Planalto: operação Coroa V, Lobo-Guará, Cerrado II, Treme Terra, Cerrado III, Planalto II, Jaguará e Reconhecimento da Operação Lobo Guará II.
- Operação Atlântico, no resgate às vítimas do acidente aéreo ocorrido com o Airbus A-330 da Air France.
- Reposicionamento dos efetivos das Forças no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção, e agrupamento de reservas regionais do Exército nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata em caso de crise ou no conflito armado.
- Reposicionamento das Forças, tendo em vista que as preocupações mais agudas de defesa estão nas regiões Norte e Oeste, além do Atlântico Sul, com a Marinha mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. O Exército no centro do País poderá se deslocar em qualquer direção, além de agrupar reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar resposta imediata em caso de crise ou conflito armado, com manutenção da maior parte das instalações tecnológicas da Força Aérea em São José dos Campos, em São Paulo.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Reaparelhamento e adequação de materiais de emprego militar

A fabricação, em instalações industriais militares, de materiais, de equipamentos e de armamentos de interesse da defesa da Pátria moderniza a produção, bem como revitaliza aparelhos, para prorrogar a sua vida útil ou atualizá-los em relação às novas tecnologias. Do Programa constam a aquisição de meios terrestres blindados empregados na defesa da soberania nacional, bem como a manutenção e o suprimento de apetrechos de comunicações estratégicas e táticas, de guerra eletrônica e de tecnologia da informação utilizados para manter a operacionalidade das organizações militares.

Com a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2009, foi formulado o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (Paemb), para o espaço temporal de 2010 a 2030.

### Objetivos

- Promover o incremento da fabricação nacional de materiais, de equipamentos e de armamentos de interesse militar.
- Prorrogar a vida útil dos aparelhos de emprego militar, tornando-os mais adequados às novas doutrinas de uso e atualizados de acordo com as novas tecnologias militares.
- Reparar e adequar a estrutura das Forças Armadas às necessidades de defesa terrestre.
- Dotar as Forças de meios aéreos necessários ao transporte de tropas e de cargas.
- Manter equipamentos de comunicação estratégica, tática e de guerra eletrônica em adequadas condições de uso.
- Dotar as Forças dos seguintes sistemas: Sistema Estratégico de Comunicações (SEC), Sistema Tático de Comunicações (Sistac), Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica (Sege), Sistema Tático de Guerra Eletrônica (Sitage), Sistema de Imagens e Informações Geográficas (Simagex), Sistema de Informações Organizacionais do Exército (Sinforgex), Sistema de Informações Operacionais (SIOP), Sistema de Informática do Exército (Sinfex). E integrar os sistemas afins e prover a segurança das informações a esses sistemas.
- Assegurar a manutenção e o funcionamento adequado de todos os sistemas de telemática militar, bem como a contratação de serviços para assegurar o funcionamento das redes e dos sistemas corporativos das Forças Armadas.
- Proporcionar o suprimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e dos materiais a serem avaliados.

### Instrumentos legais

- Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (Siplex)
- Programa Plurianual (PPA) de 2004-2007 e de 2008-2011
- Caput, art. 142, da Constituição Federal
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999
- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
- Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003
- Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000
- Lei Complementar nº 117, de 2004
- Lei Complementar nº 136, de 2010 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Criada a partir da constatação da necessidade de promover o fortalecimento da Base Industrial de Defesa, por meio da fabricação nacional de materiais, de equipamentos e de armamentos de interesse militar. Outro fator importante concerne à implantação das organizações militares Aéreas da Aviação do Exército, com todo o material previsto, incluindo aeronaves e material de apoio. Observada, ainda, a possibilidade de reaproveitamento de equipamentos e de viaturas pertencentes ao acervo da Diretoria de Obras de Cooperação, que estavam em apoio administrativo aos Batalhões de Engenharia de Construção e não sendo empregados nas obras de cooperação.

### Resultados

No período de 2003 a 2010, destacam-se:

- Incorporação do Navio Polar Almirante Maximiano, do Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Sábio e do Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano.
- Adquiridas 311 viaturas blindadas: carros de combate e dos tipos socorro, lançadores de pontes, engenharia e autoescola. Em 2011, o Brasil terá disponíveis mais de 322 veículos, contribuindo para aumentar o poder dissuasório na área operacional do continente americano. Todos os blindados adquiridos pelo Exército desde 2003 são da família Leopard, de fabricação alemã.
- Aprovado o Plano de Modernização e Integração do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre.
- Produção de morteiros 120mm, de protótipos de morteiros 60mm e 81mm, de reforçadores de solo para a Engenharia, de geradores de eletricidade e de blindagem adicional para viaturas destinadas ao emprego pelo contingente brasileiro no Haiti.

- Revitalizados 32 viaturas blindadas Cascavel e 45 Urutu, armamento de artilharia de campanha e antiaérea (canhões de 40mm, obuseiros 105mm e 155mm, Sistema de Foguetes Astros), armamento leve (fuzis, pistolas, metralhadoras) e equipamentos de engenharia de combate (pontes e portadas).
- Implantado o Sistema de Aviação do Exército.
- Radares modernizados:
  - ✓ Em 2003: recuperados radares meteorológicos de Morro da Igreja (SC), de Santiago (RS), e de São Roque (SP).
  - ✓ Em 2004: substituído o radar de controle de aproximação em Congonhas (SP).
  - ✓ Em 2005: implantados radares de controle de aproximação em São José dos Campos (SP), Campinas (SP) e em Mombaça (CE).
  - ✓ Em 2006: implantada torre metálica para suporte de radar tridimensional em Tefé (AM), Sinop(MT) Cruzeiro do Sul (AC), Porto Esperidião (MT), Eirunepé (AM) e Guajará-Mirim (RO) Implantado, ainda, protocolo para comunicação de dados-radar no Centro de Controle de Área de Manaus(AM).
  - ✓ Em 2007: complementação da infraestrutura nos sítios-radar de Tefé (AM) e de Cruzeiro do Sul (AC).
  - ✓ Em 2008: implantado radar de controle de aproximação em Ribeirão Preto (SP) e substituído o de Manaus (AM).
  - ✓ Em 2009: implantado radar meteorológico em São Luís (MA)
  - ✓ Em 2010: substituído radar de controle de aproximação de Macaé (RJ); implantado o de Natal (RN); e modernizados os radares TA 10MK, em operação em 17 localidades do País.
- Adquiridos quatro sistemas de inspeção em voos automatizados, implantados e realizados serviços de integração de 20 radares a diversos centros de Controle de Área e de Aproximação, implicando incremento significativo em termos de capacidade de vigilância do espaço aéreo.
- Realizada a reestruturação da circulação aérea com a ativação de rotas de navegação de área de longo curso, permitindo a distribuição do tráfego de maneira equilibrada.
- Modernizados submarinos da classe Tupi e iniciados o processo de modernização dos seguintes meios operativos: seis aeronaves AH-11A Super Lynx, 12 aeronaves AF-11A, Corveta Júlio de Noronha, Fragata Rademaker e navios-balizadores Classe Comandante Varella.
- Desenvolvido, pela indústria nacional, o Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o Navio-Aeródromo São Paulo.
- Adquiridos helicópteros Multiemprego S-70B, em fabricação nos EUA, que terão papel fundamental na vigilância e na defesa da Amazônia Azul, com previsão de recebimento em 2011.
- Adquiridos navios-patrolha (NPa), em que se destacam as incorporações do NPa Macaé, no dia 9 de dezembro de 2009, e do NPa Macau, prevista para dezembro de 2010, ambos construídos pelo estaleiro Indústria Naval do Ceará (Inace), em Fortaleza (CE). Foi assinado com o Estaleiro EISA, no Rio de Janeiro, a construção do segundo lote de NPa.
- Desenvolvido o Projeto C2 em Combate na versão 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0.
- Desenvolvidos o Módulo de Telemática Experimental e o Projeto do Módulo de Telemática Operacional.
- Desenvolvidas as versões 1.0 e 2.0 do Sistema Integrado de Gestão Desktop e SIG Web, em 2009.
- Desenvolvido o lote piloto do Rádio TRC 1.193.
- Executada a Rede Metropolitana de Porto Alegre, Campo Grande, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Boa Vista, Recife e Santa Maria e ampliada a Rede Metropolitana de Manaus referente aos sistemas de telemática.
- Realizados testes de desempenho técnico e operacional, visando à homologação de materiais de emprego militar desenvolvidos por empresas civis e pelo Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército.
- Realizadas pesquisas e desenvolvidos projetos de materiais de emprego militar, como:
  - ✓ Nova viatura blindada média de rodas (Viatura Guarani)
  - ✓ Morteiros: pesado (120mm), médio (81mm) e leve (60mm), com as respectivas munições
  - ✓ Míssil Anticarro Arma Leve Anticarro
  - ✓ Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura Viatura Chivunk
  - ✓ Reboque com capacidade de carga de uma tonelada e meia
  - ✓ Sistema de Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica Veicular
  - ✓ Módulo de Telemática Operacional para Brigadas
  - ✓ Reparo Automatizado para Metralhadoras
  - ✓ Veículo Aéreo não Tripulado, com alcance de 15km Simulador de Tiro de Pistola
  - ✓ Simulador para Helicóptero Esquilo.
- Desenvolvidas pesquisas tecnológicas relacionadas à fibra de carbono, a equipamentos de visão noturna] e a defesas química, biológica e nuclear.

- Realizada cooperação tecnológica com a Argentina para o desenvolvimento da Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável Gaúcho.
- Assinado contrato para a construção do estaleiro no Brasil que irá produzir um submarino de propulsão nuclear e quatro de propulsão convencional e da transferência de tecnologia para suas construções.
- Aquisição de aeronaves AL-X (A-29 - Super Tucano) e aeronaves presidenciais EMB-190 PR (VC-1A), privilegiando a indústria aeronáutica nacional.
- Aquisição de aeronaves MI-35 (AH-2 - Sabre) e CASA C-105A – Amazonas.
- Modernização de aeronaves F-5 BR (F-5 EM – Tiger II).
- Em 2005, lançado ao mar o submarino Tikuna, o quarto de construção nacional.
- Em 2007, foram adquiridos o navio hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e o navio de desembarque de carros de combate Garcia D'Ávila.
- Em 2008, foi concluída a construção da Corveta Barroso e adquiridos o navio de carro de combate Almirante Sabóia, o navio polar Almirante Maximiano e o navio de assistência hospitalar Maximiano.
- Recebidas viaturas para as operações ribeirinhas na Amazônia e no Pantanal, missões de manutenção de paz e outras operações terrestres.
- Em dez/2008 foi assinada a parceria estratégica Brasil-França, com o propósito de viabilizar a construção no Brasil de quatro submarinos convencionais, assim como o desenvolvimento do projeto e a construção da parte não nuclear de um submarino movido a propulsão nuclear. Nesse mesmo ano foi assinado um contrato com a Helibras-Eurocopter, que contempla a Marinha brasileira com 16 helicópteros EC-725. Estão sendo adquiridos nos EUA quatro helicópteros de múltiplo emprego S-70B Sea Hawk.
- Em 2010, foi adquirido o navio de pesquisa Aspirante Moura, em cooperação com a FINEP, bem como recebido o Aviso de Patrulha Albacora, construído no estaleiro Inace.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Comunicações, comando, controle e inteligência nas Forças Armadas

No conjunto de suas ações, desenvolve e disponibiliza o aparato e os recursos tecnológicos necessários ao exercício eficaz e efetivo da atividade de segurança das comunicações dos meios militares da Nação, empregados de forma integrada e harmônica.

O Programa propicia um sistema automatizado e integrado de comunicações, comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa, com processamento em tempo real de informações e de conhecimentos recebidos de todos os âmbitos governamentais, de forma a assegurar condições de coordenação para o gerenciamento de crises e na condução de conflitos armados, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisão e possibilitando o controle da situação.

### Objetivo

Aperfeiçoar a capacidade de comunicações, comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança das comunicações militares.

### Data de início

- 1999: Sistema de Comunicações Militares Via Satélite (Siscomis)
- 2006: Sistema de Comunicações Seguras (Secos)

### Instrumentos legais

- Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000 (PPA 2000/2003).
- Lei nº 10.993, de 11 de agosto de 2004 (PPA 2004/2007).
- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (PPA 2008/2011).
- Decreto nº 3.210, de 14 de outubro de 1999: cria a comissão que deu origem ao Siscomis.
- Portaria Normativa nº 1.780, de 7 de dezembro de 2006: cria a comissão que deu origem ao Secos.

## Resultados

- Implantação de centros de operações do Comando Supremo e Forças Singulares
- Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência
- Implantação do Siscomis
- Implantação do Secos

## Serviço de saúde das Forças Armadas

O Programa presta assistência médico-hospitalar e odontológica aos militares das Forças Armadas, ativos e inativos, a seus dependentes e a pensionistas.

Promove, ainda, o avanço tecnológico continuado dos serviços de saúde que determinam a necessidade de capacitação e de atualização dos profissionais do Exército e de modernização das organizações militares de saúde, visando ao aumento da resolubilidade e da qualidade da assistência.

### Objetivos

- Garantir a saúde e o bem-estar dos funcionários civis e militares e de seus dependentes.
- Garantir o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, em níveis satisfatórios.
- Criar condições permanentes de atualização dos padrões técnicos e de melhoria do atendimento.
- Aperfeiçoar a gestão da atividade de saúde.
- Criar atrativos para a preservação do efetivo de oficiais médicos no Serviço de Saúde.
- Identificar o potencial humano existente nas Forças.
- Otimizar o emprego e a distribuição nacional dos médicos especialistas.
- Compatibilizar a oferta de serviços médicos com a demanda existente.
- Subsidiar a implementação da reengenharia de pessoal visando à redução de custos do sistema e à satisfação da família militar.
- Difundir, no âmbito do Exército, a experiência operacional do Núcleo de Estudo de Terapias Integradas do Hospital Militar do Recife.

### Data de início

21/7/2000

### Instrumentos legais

- Caput, art. 142, da Constituição Federal
- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008
- Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000
- Lei Complementar nº 97, de 1999
- Lei nº 9.649, de 1998
- Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001
- Decreto nº 3.466, de 2000
- Lei nº 6.880, de 1980, art. 50
- Decreto nº 92.512, de 1986
- Decreto nº 1.133, de 1994
- Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004
- Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004
- Portaria nº 457, de 15 de julho de 2009, do comandante do Exército – Diretriz para Implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O sistema de saúde das Forças Armadas tem sido sistematicamente modificado, tendo em vista aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade, diminuindo custos, promovendo a evolução tecnológica dos equipamentos médico-hospitalares e capacitando e atualizando os profissionais de saúde do Exército.

## Resultados

- Instituição do Programa de Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde (Procap/SAU):
  - ✓ Programas de residência médica, clínica médica, pediatria, ginecologia-obstetrícia, radiologia, cirurgia geral, otorrinolaringologia e infectologia.
  - ✓ Pós-graduação médica e odontológica.
  - ✓ Capacitação médica e multidisciplinar – multiplicadores dos Netis.
- Implantação da Política Assistencial para o Sistema de Saúde da Marinha e do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército, em 2009.
- Criação do Centro de Medicina Operativa da Marinha, que tem como propósito contribuir para a eficácia do atendimento às crescentes necessidades no que tange à condução das ações de saúde em missões operativas e de paz, bem como na resposta a situações de desastres e de apoio humanitário.
- Certificação de Boas Práticas de Fabricação para o Laboratório Farmacêutico da Marinha (CBPF)<sup>2</sup>.
- Iniciada, em 2008, a revitalização do Hospital Naval Marcílio Dias.
- Iniciada, em 2009, a ampliação das instalações e a capacidade de atendimento da Odontoclínica Central da Marinha.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Política Nacional de Inteligência (PNI)

Com o objetivo de gerar um instrumento orientador para a atividade de Inteligência, em 9 de dezembro de 2009, foi encaminhada mensagem ao Congresso Nacional contendo o texto da Política Nacional de Inteligência (PNI). A proposição oferece à sociedade e ao Estado uma PNI compatível com a participação do Brasil no atual concerto das nações. A questão não foi contemplada de forma específica nos programas de Governo, mas foi tratada como instrumento estratégico para aperfeiçoar o assessoramento do presidente da República e, de forma mais ampla, do Executivo Federal.

Assim como a PNI, a reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) permitirá a reorganização da estrutura concebida para a atividade de Inteligência em 1999, atualizando os processos existentes às mudanças verificadas em nível da Inteligência mundial, a partir de acontecimentos de influência na conformação da realidade internacional.

### Objetivos

- Implantar a PNI como instrumento orientador da atividade de Inteligência de Estado no País.
- Reavaliar o Sisbin.

### Data de início

9/12/2009

### Instrumentos legais

- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999: institui o Sisbin e cria a Agência Brasileira de Inteligência.
- Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001: altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios.
- Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002: dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sisbin.
- Decreto nº 4.872, de 6 de novembro de 2003: dá nova redação aos arts. 4º, 8º e 9º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sisbin.
- Decreto nº 4.801, de 6 de agosto de 2003: cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.
- Decreto nº 6.371, de 12 de fevereiro de 2008: dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.801, de 6 de agosto de 2003, que cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.
- Decreto nº 6.540, de 19 de agosto de 2008: altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sisbin, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

2. Concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio da Resolução nº 3.514/2009, publicada no D.O.U de 17/08/2009. O CBPF é o maior grau de reconhecimento de qualidade que uma indústria farmacêutica pode obter no Brasil, constituindo na constatação da observância dos mais rígidos padrões vigentes para a fabricação de medicamentos, envolvendo sua produção e controle de qualidade.

- Portaria nº 24-GSIPR/CH, de 20 de dezembro de 2002: aprova o regimento interno do Conselho Consultivo do Sisbin.
- Portaria nº 239- GSIPR, de 20 de junho de 2003: aprova as normas e os procedimentos gerais para o intercâmbio de dados e de conhecimentos entre os órgãos do Sisbin.
- Mensagem nº 997, de 9 de dezembro de 2009: encaminha ao Congresso Nacional o texto da PNI.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

As conjunturas nacional e internacional, bem como a reestruturação da Inteligência em grande parte dos países, reforçaram a necessidade de mudanças na estrutura e na legislação relativas às atividades.

Desse modo, o texto de criação da PNI foi enviado ao Congresso Nacional, para sugestões, por meio da Mensagem nº 997, de 2009. Na sequência, a matéria deve retornar ao Executivo Federal para redação final e para a edição de decreto estabelecendo a PNI. A tramitação para sua criação obedece ao disposto na Lei nº 9.883, de 1999, que institui o Sisbin e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). É que, mesmo estruturada, a atividade de Inteligência ainda não dispunha de instrumento de Estado para orientar as ações dos órgãos responsáveis pela produção de conhecimentos compatíveis com as exigências do mundo contemporâneo.

### **Reativação do Projeto Rondon**

O Projeto Rondon é uma ação interministerial de Governo, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a incorporar, de forma ativa, a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais. Sua missão é viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania.

É considerado de alta relevância social, uma vez que engloba tanto o público acadêmico – docentes e discentes que têm a oportunidade de pesquisar e de propor soluções para áreas carentes e distantes – quanto as comunidades assistidas, beneficiadas pelas ações dessas equipes de universitários.

Desse modo, o trabalho contribui na divulgação de políticas públicas, promove encontros para a capacitação de professores do ensino fundamental, de agentes municipais de saúde e de funcionários de prefeituras, orientando-os nos assuntos de gestão pública.

Dentre suas realizações, desenvolve ações com lideranças comunitárias, com famílias, mães, mulheres grávidas, crianças, adolescentes e idosos, a fim de apoiá-los no enfrentamento às diversas situações de risco social às quais esses grupos estão sujeitos. Realiza reuniões com os produtores locais, transmitindo-lhes novas técnicas de produção, orientando-os na criação de associações e de cooperativas e melhorando a geração de renda.

A coordenação do Projeto seleciona áreas do território brasileiro para onde possa levar instituições de ensino superior (IES), professores e estudantes, provenientes de todas as regiões do Brasil, que trocam suas férias escolares (janeiro e julho) pela oportunidade de aplicar e de praticar o que aprendem nas universidades.

### **Objetivos**

- Contribuir para a formação do universitário como cidadão.
- Integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País.
- Consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.
- Estimular no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas.

### **Data de início**

- 11/7/1967
- 19/1/2005: relançamento

### **Instrumentos legais**

- Portaria Normativa nº 836/MD, de 30 de junho de 2005: aprova a Concepção Política do Projeto Rondon.
- Portaria Normativa nº 837/MD, de 30 de junho de 2005: aprova a Concepção Estratégica do Projeto Rondon.
- Portaria Normativa nº 838/MD, de 30 de junho de 2005: aprova a Diretriz Estratégica do Projeto Rondon.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Projeto Rondon, extinto em 1989, foi relançado em 19 de janeiro de 2005, em Tabatinga, Amazonas. A operação originou-se de uma proposta, encaminhada pela União Nacional dos Estudantes ao presidente da República, em novembro de 2003, sugerindo sua reativação.

Para viabilizar a proposta apresentada, foi criado, em março de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial, que estabeleceu as diretrizes e os objetivos do Projeto e definiu a sistemática de trabalho a ser adotada na sua execução.

A ação destina-se a incorporar, de forma ativa, a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais.

### Resultados

Desde seu relançamento, o Projeto Rondon já levou mais de 9,8 mil rondonistas a cerca de 650 municípios brasileiros, onde contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e participaram da ampliação do bem-estar daquelas comunidades.

Entre 2005 e 2010, foram realizadas as seguintes operações nos estados listados:

- Em 2005: Amazonas 2005, Acre 2005
- Em 2006: Acre 2006, Amazônia 2006, Minas Gerais 2006 e Vale do Ribeira 2006 (SP).
- Em 2007: Amazônia Ocidental 2007 (AC, AM e RR), Amazônia Oriental 2007 (PA, MA e TO), Centenário da Comissão Rondon (AC, AP, MT, MG e SE), Inverno 2007 (BA, MA, PA e TO), Nordeste 2007 (BA) e Rio Grande do Sul 2007.
- Em 2008: Inverno 2008 (AP, BA, PA, PI e SE), Vale do Ribeira (PR e SP), Xingu (PA), Norte de Minas Gerais, Verão 2008 (AC, AP, BA, MA, MT, SE, MG e TO), Rio Grande do Sul 2008, Grão-Pará (PA e PI).
- Em 2009: Centro-Norte (AM, GO, PA e RR), Centro-Norte/Retorno (AM, GO, PA e RR), Verão 2009 (MG, PA, PR e SP), Nordeste-Sul (PB e RS).
- Em 2010: Mamoré (RO), Catirina (MA), Rei do Baião (PE) e Centro-Nordeste (AL, BA, GO e TO).

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

### PROJETO RONDON – OPERAÇÕES

Ano	Operações	Rondonistas	Municípios
2005	2	312	19
2006	4	1377	91
2007	6	1933	128
2008	7	2002	146
2009	4	1756	116
2010	4	2432	152
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>9812</b>	<b>652</b>

### Programa Calha Norte (PCN)

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, visando promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Possui área de atuação que corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, aí incluindo 46% da população indígena do Brasil. Abrange, assim, 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938Km da faixa de fronteira, em seis estados da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Ao longo de seus 25 anos de existência, o Programa executa ações voltadas à soberania, à integridade territorial e ao desenvolvimento regional. Até 2010, foram apuradas a cobertura de atendimento aos municípios do PCN em 90% da região e constatados em 285Km a extensão de fronteira por núcleo de povoamento integrado à pequena unidade militar.



O processo revitalizador do PCN, desencadeado em 1997, vem se concretizando pela introdução progressiva de metodologia na gestão do Programa, rigorosamente afinada com o propósito governamental de integração de suas ações na Amazônia, consubstanciadas no Plano Plurianual 2008-2011, reconhecendo, assim, as dimensões e seu alcance social.

Essa metodologia se exprime na busca incessante da coordenação de esforços no âmbito da administração pública, articulando-a nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal. Além disso, valoriza parcerias em outras esferas, integrando entidades de ensino, de pesquisa e de planejamento, organizações não governamentais e associações, todas identificadas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ressaltam-se, portanto, a quantidade, a qualidade e a variedade dos parceiros que dividem com a gerência do Programa a responsabilidade da efetividade das ações na Amazônia.

O PCN transcende em muito o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região.

Finalmente, para consecução de seus objetivos, há a necessidade imperiosa de uma mentalidade soberana e justa, despojada de interesses pessoais ou setoriais, que tenha por objetivo apenas o desenvolvimento consciente da área abrangida, para engrandecimento, cada vez maior, da Nação.

### **Objetivos**

- Aumentar a presença do poder público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região.
- Ampliar a presença do poder público na área de atuação do PCN.
- Contribuição para a defesa nacional.
- Dar assistência às populações da área de atuação do PCN.
- Promover a fixação do homem na área de atuação do PCN.
- Promover o desenvolvimento sustentável.
- Promover a integração da população à cidadania e ao conjunto nacional.
- Melhorar o padrão de vida das populações da área de atuação do PCN.
- Modernizar o sistema de gestão municipal da área de atuação do PCN.
- Fortalecer as atividades econômicas estaduais e municipais da área de atuação do PCN.

### **Data de início**

19/12/1985

### **Instrumento legal**

Exposição de motivos nº 018, de 1985: aprovada pelo presidente José Sarney.

### **Resultados**

- Executadas 367 obras e empreendimentos, na sua vertente civil, entre 2003 e 2009.
- Construída e implantada infraestrutura no Quartel e Vila Militar do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos (AM).
- Construídos e implantados Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós (PA) e Tunuí (AM), de Marechal Thaumaturgo (AC), da Vila Contão (RR) e da Vila Brasil (AP).
- Promovidas melhorias no Pelotão de Fronteira de Estirão do Equador, incluindo sua pista de pouso.
- Adquiridos 24 navios e embarcações e realizadas 112 manutenções em embarcações dos comandos dos 4º e 9º distritos navais, que realizam ações cívico-sociais e patrulhas nos rios da Amazônia (dados de 2007 a 2009).

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## B) PROTEÇÃO DE FRONTEIRAS

### Promoção do desenvolvimento na faixa de fronteira

O Brasil faz fronteira terrestre com dez países, em uma área que corresponde a quase 27% do território nacional e reúne uma população de cerca de dez milhões de habitantes. Essa faixa de fronteira corresponde a 150km de largura ao longo de 15.719km, em 588 municípios de 11 estados da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

O País também tem responsabilidades sobre uma extensa área ao longo do Atlântico Sul, na região chamada Amazônia Azul – um litoral com 8,5 mil km de extensão, dotado de mais de 40 portos e terminais marítimos organizados, bem como de uma malha hidroviária de cerca de 40 mil km de rios navegáveis. Esse domínio poderá abranger até cerca de 4,4 milhões de km<sup>2</sup>, caso seja aceito o pleito – apresentado em 2004 à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU). Pela Amazônia Azul circulam 95% dos produtos voltados ao comércio exterior e são extraídos 90% do petróleo brasileiro. Nela encontramos riquezas minerais não totalmente identificadas, como os nódulos polimetálicos. Também é de onde se retira o pescado, atividade que tem sido incentivada, assegurando maiores cotas de captura, em especial de atuns e afins.

Nos últimos oito anos, o Governo Federal investiu no controle de fronteiras ao implementar diversos sistemas de monitoramento, como:

- Veículos Aéreos não Tripulados (Vant), com a primeira base instalada em junho/2010.
- Policiamento Especializado de Fronteira (Pefron), constituído por 1.080 policiais treinados para operar em 11 bases iniciais (sendo pelo menos uma por estado de fronteira).
- Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico (Cicon), composto por dados de inteligência para operações de fiscalização e de interdição de ilícitos junto ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com participação das Forças Armadas e da Polícia Federal, em fase de aprovação e de criação.
- Operações policiais conjuntas específicas na região de fronteira seca (Sentinela), com efetivo rotativo de 200 policiais nos estados de AM, RO, RR, AP, MT, MS e PR.
- Melhoria do efetivo das polícias Federal, de 9.287 servidores, em 2003, para 14.383, até novembro de 2009, aumento de 54,9%, e Rodoviária Federal, realização de concursos para preenchimento de quatro mil vagas desde 2003, passando de 7.309 servidores, em 2003, para 9.956 até outubro de 2010, aumento de 36,2%.

Por sua importância estratégica, a segurança da fronteira terrestre, do mar territorial, do espaço aéreo e de outras áreas indispensáveis à defesa do território nacional, bem como à ocupação e à integração das áreas de faixa de fronteira apresentam resultados objetivos para garantia do trinômio: vivificação, defesa e desenvolvimento na faixa de fronteira. O tema, de interesse da independência nacional e da defesa do Estado democrático, atende a uma demanda social, em especial aquela formalizada por municípios localizados na faixa de fronteira, no sentido de apresentar melhorias à atuação de órgãos e de entidades na região, além de subsídios ao direcionamento de políticas públicas específicas.

Registre-se, ainda, que a atual Constituição conferiu tratamento especial à faixa de fronteira, recepcionando seu marco legal, considerando a sua importância estratégica e a complexidade local, principalmente em regiões fronteiriças.

### Policiamento Especializado de Fronteira (Pefron)

O Policiamento Especializado de Fronteira (Pefron) é uma rede de segurança pública voltada para as comunidades residentes na faixa de fronteira. Constituído por 1.080 policiais militares, civis e forenses dos estados treinados para operar em 11 bases iniciais (uma por estado de fronteira), prevê o combate aos crimes ocorridos nas áreas de fronteira do País, a exemplo do contrabando de armas e de munições, do narcotráfico, da exploração ilegal de madeira e do tráfico de pessoas. Para tanto, dispõe de meios para capacitação e para aparelhamento de policiais civis e militares dos estados brasileiros que fazem fronteira com outros países da América do Sul.

As Forças Armadas também possuem poder de polícia tanto na faixa de fronteira quanto no espaço aéreo e nas águas interiores. Até a publicação da Lei Complementar nº 136, dentre os componentes da FFAA, somente o Exército possuía tal autorização. Desse modo, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, as Forças atuam, por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.

No mar e nas águas interiores, o monitoramento das atividades compreende um conjunto de sensores de diversos tipos, com o propósito de fornecer um quadro real de tudo o que ocorre nas águas de interesse do Brasil. Até a década passada, esse monitoramento consistia, praticamente, dos sensores existentes nos navios da Marinha Brasileira e nas aeronaves de patrulha marítima da Força Aérea Brasileira. Para evoluir nesse aspecto fundamental, a Marinha projetou e desenvolve com recursos próprios o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

O SisGAAz compreende um conjunto de atividades ligadas ao mar, envolvendo, dentre outros conhecimentos e aplicações, vigilância, segurança, prevenção à poluição, soberania, gestão de recursos naturais e reação às situações adversas, integradas e coordenadas pela Marinha, na qualidade de autoridade marítima, conforme definida em lei. Nesse sentido, para o exercício da nossa soberania e para a defesa dos nossos direitos nas águas jurisdicionais brasileiras, que incluem, dentre outros, os crimes transnacionais, a prevenção da poluição marinha por navio e o controle dos recursos naturais vivos e não vivos, a Marinha prevê, na sua organização, amplas tarefas relacionadas às suas atribuições legais, que atendem a essas necessidades. No entanto, sabe-se que, para o sucesso desse gerenciamento, se faz necessário contar com uma estrutura de comando, controle e inteligência capaz de suprir os diversos escalões operativos com os conhecimentos necessários à tomada de decisão.

### **Objetivos**

- Prevenir e combater os crimes ocorridos nas áreas de fronteira do País.
- Capacitar policiais civis e militares dos estados brasileiros que fazem fronteira com outros países da América do Sul.
- Investir no aparelhamento das unidades policiais com equipamentos, tecnologia e viaturas.
- Realizar o ciclo policial, em âmbito estadual, com ações integradas permanentes das polícias Civil e Militar, por meio de ações itinerantes de prevenção e de repressão qualificada contra os crimes típicos de cada região, propiciando a resolução de casos em curto espaço de tempo e com resultados satisfatórios.
- Proteger as fronteiras ribeirinhas e marítimas.
- Garantir a soberania nacional, fiscalizar a pesca ilegal, o contrabando e o tráfico de drogas.

### **Data de início**

2008

### **Instrumentos legais**

- Lei nº 11.530/2008 e Lei nº 11.707/2008
- Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010: modifica a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

### **Modelo de gestão**

Envolve as secretarias de estado de Segurança Pública e/ou de Defesa Social e o Ministério da Justiça (MJ), em parcerias com outras instituições federais, estaduais e municipais.

### **Resultados**

Para proteção das fronteiras ribeirinhas, entre os anos de 2003 e 2010, foram realizadas operações de patrulha e de inspeção naval, com navios, helicópteros e embarcações da Marinha, nos rios fronteirizos e de penetração das bacias amazônica e do Paraguai: Solimões, Iça, Japurá, Javari e Paraguai, e nos seus afluentes. Foram realizadas, em média, duas operações mensais em cada uma dessas regiões, com duração variável, dependendo da autonomia do meio e da época do ano.

De forma semelhante, nas fronteiras marítimas sul, com o Uruguai, e norte, com a Guiana Francesa, foi realizada, no mínimo, uma operação de patrulha naval por mês. Também ocorreram outras operações para garantir a soberania nacional, fiscalizar a pesca ilegal, o contrabando e o tráfico de drogas, além de operações de socorro e de salvamento na área da fronteira marítima, algumas de forma combinada com as marinhas vizinhas.

A iniciativa, implantada no Rio Grande do Sul, em 2009, deverá, até o final de 2010, estar nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## Presença e vigilância territorial, marítima e aérea

O Programa prevê a construção e a adequação de aquartelamentos próprios, a aquisição de equipamentos, de materiais, de armamentos e de munições e a operacionalização da mobilização das Forças Armadas, a ser implantados a médio e longo prazos.

Serão instalados pelo Exército 28 novos pelotões especiais de fronteira em terras indígenas e em áreas de conservação da Amazônia. O projeto, batizado de Amazônia Protegida, ampliará de 21 para 49 o número de pelotões de fronteira e reforçará, prioritariamente, a região Norte, área mais rarefeita de proteção militar. A implantação dos pelotões proporciona melhores condições para a vigilância e para a defesa na faixa fronteira da Amazônia brasileira, ampliando a capacidade dissuasória da Força Terrestre ante possíveis ameaças à soberania nacional.

Também contempla a criação e a ativação de destacamentos da Aeronáutica, com a finalidade de incrementar a infraestrutura logística na região Norte, objetivando o desdobramento de unidades aéreas e de aeronáutica para operações próximas à fronteira.

### Objetivos

- Implantar uma Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.
- Proporcionar melhores condições para a vigilância e para a defesa da região amazônica brasileira, principalmente na porção noroeste do País.
- Ampliar a capacidade dissuasória da Força Terrestre ante possíveis ameaças à soberania nacional.
- Implantar 28 novos pelotões especiais de fronteira.
- Ampliar de 21 para 49 o número de pelotões de fronteira.
- Reforçar a proteção militar da região Norte.
- Criar e ativar os destacamentos de Aeronáutica de Vilhena (RO), de Eirunupé (AM) e de São Gabriel da Cachoeira (AM).
- Incrementar a infraestrutura logística na região Norte.
- Coibir voos ilícitos.
- Patrulhar a Zona Econômica Exclusiva, objetivando coibir atos ilícitos nas águas jurisdicionais brasileiras.

### Data de início

2010

### Instrumento legal

- Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998<sup>3</sup>: estabelece os procedimentos a serem seguidos com relação a aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Ampliar a presença e a vigilância das fronteiras da Amazônia.

### Resultados

- Implantação da Brigada de Infantaria de Selva.
- Implantação dos novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em Tiriós (PA), em Tunui (AM) e em Marechal Thaumaturgo (AC).
- Criação e ativação, em 2004, dos destacamentos de Aeronáutica de Vilhena (RO), Eirunupé (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM).
- Transferido o 2º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação, da Base Aérea de Recife, em Pernambuco, para a Base Aérea de Porto Velho (RO), em 2010.
- Recebidos três helicópteros russos MI-35, de um total de 12 a serem entregues até 2013.
- Realizada, desde 2003, a Operação Porteira Fechada, para coibir voos ilícitos, em períodos aleatórios, ao longo de cada ano.
- Realizada, desde 2003, a Operação Patnav (Patrulha Naval) Atlântico, de patrulhamento da Zona Econômica Exclusiva, coibindo atos ilícitos nas águas jurisdicionais brasileiras em períodos aleatórios, ao longo de cada ano.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

3. Autoriza a destruição de aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins, levando em conta que estas podem apresentar ameaça à segurança pública.

## Veículo Aéreo não Tripulado (Vant)

O projeto de fiscalização das fronteiras do País com aviões, o Veículo Aéreo não Tripulado (Vant), utiliza tecnologia no combate ao crime. O Vant é uma aeronave que viaja sem piloto a bordo, podendo ser desde um veículo de poucas gramas, cabendo na palma de uma mão, até aviões com mais de 35 metros de envergadura e 12 toneladas de peso máximo.

Outras vantagens apresentadas na utilização do Vant são a eliminação do risco de acidentes com a tripulação, em casos de missões cansativas ou perigosas, e os custos de aquisição e de operação geralmente inferiores aos de aeronaves tripuladas.

### Objetivos

- Utilizar tecnologia no combate ao crime na região fronteira de Foz do Iguaçu.
- Realizar inspeção de reservas ambientais.
- Promover inspeção de redes de transmissão de energia e gasodutos.
- Fazer a vigilância de represas.
- Fazer vigilância e policiamento.

### Data de início

2007

### Instrumento legal

Não se aplica.

### Resultados

Desde dezembro de 2009, uma aeronave não tripulada sobrevoa e monitora as fronteiras do Brasil com o Paraguai, Uruguai e Argentina na região de Foz do Iguaçu.

A Polícia Federal brasileira é a primeira polícia no mundo a contar com essa ferramenta tecnológica. E está prevista a aquisição de 14 Vants até 2014 e a instalação de seis bases operacionais pelo País. A primeira base a entrar em operação foi a de São Miguel do Iguaçu (PR). O plano permite cobertura dos principais trechos da fronteira do Brasil com o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia. Ao todo, serão seis estações equipadas com duas aeronaves cada, operadas pela Polícia Federal.

## Operação Sentinela

O Programa Operação Sentinela foi criado para combater crimes transnacionais, como o tráfico internacional de armas de fogo, de munições e de explosivos o contrabando e o descaminho, a exportação ilegal de veículos e a imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil, demonstrando o grande esforço de todos os órgãos de segurança que têm atuado no cenário operacional.

Trata-se de um esforço conjunto da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança Pública, da Receita Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das polícias Civil e Militar dos estados envolvidos (Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná), além de órgãos como o Ibama, Forças Armadas e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

### Objetivos

- Reprimir de modo eficiente e eficaz os crimes transnacionais – tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, contrabando e descaminho, exportação ilegal de veículos e imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil.
- Atuar em todos os estados da linha de fronteira do Brasil.

### Data de início

- 2009: montada
- Março de 2010: implantada

### Instrumento legal

Não se aplica.

### **Modelo de gestão**

Trata-se de ação conjunta nas fronteiras brasileiras entre Polícia Federal, Força Nacional, Receita Federal, Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal e polícias de 11 estados brasileiros que fazem fronteira com outros países. Atualmente, cerca de 1,5 mil agentes públicos estão envolvidos na operação.

### **Resultados**

Apreendidos 180 kg de cocaína, 360 kg de pasta base de cocaína e 9.639 toneladas de maconha, no período de 8 de março a 9 de maio de 2010. A Operação Sentinela está presente em todos os estados da linha de fronteira do Brasil.

## **Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)**

Por ocasião da cúpula extraordinária de chefes e chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), realizada em maio de 2008, em Brasília, foi debatida a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Essa moção observou fielmente o objetivo estatuído no Tratado Constitutivo da Unasul, assinado naquela ocasião, e que consiste em construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união entre os doze povos da América do Sul.

Essa visão particular em matéria de defesa é de interesse dos diversos governos da Unasul sob a ótica de reforçar a confiança mútua e de afastar percepções equivocadas, aportando maior estabilidade e segurança à região. A discussão de questões relacionadas com a defesa de um ou mais estados-membros pode, ademais, contribuir para o alívio de tensões na América do Sul. Apesar de não ter sido imediatamente criado, firmou-se o consenso acerca da criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma proposta de Estatuto para o CDS.

### **Objetivo**

Contribuir para a formação de uma identidade regional no campo da defesa, levando em conta as características locais (vertentes platina, andina, amazônica, atlântica, caribenha e pacífica) e articulando uma visão fundamentada em valores e princípios comuns de interesse das nações que integram o CDS.

### **Data de início**

Dezembro de 2008

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

A iniciativa de criar o CDS foi adotada em 2008, com vistas a criar um foro em que estivessem representados os titulares das pastas de Defesa da América do Sul.

### **Resultados**

#### **Políticas de Defesa:**

- Prontificado sítio do CDS na internet ([www.cdsunasur.org](http://www.cdsunasur.org)), onde estão disponíveis os documentos resultantes das atividades do Conselho, criando uma rede para intercambiar informações sobre políticas de defesa.
- Identificados fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial.

#### **Cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz:**

- Planejamento de exercício combinado de assistência em caso de catástrofe ou desastres naturais.
- Elaboração de inventário das capacidades de defesa que os países oferecem para apoiar as ações humanitárias.
- Promoção de intercâmbio de experiências no campo das ações humanitárias a fim de estabelecer mecanismos de resposta imediata para a ativação de ações humanitárias frente a situações de desastres naturais.

#### **Indústria e tecnologia de defesa:**

- Elaboração de diagnóstico da indústria de defesa dos países membros, identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, para promover a complementaridade, a investigação e a transferência tecnológica.

#### **Formação e capacitação:**

- Realização do I Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (I ESEE), em novembro de 2009, no Rio de Janeiro.
- Constituído e aprovado o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS durante a II Reunião de Ministros do Conselho.

## Cartografia terrestre, mapeamento e demarcação de áreas

As atividades de controle do aerolevanteamento no território nacional são exercidas pelo Ministério da Defesa por meio da Divisão de Cartografia e Aerolevanteamento (Dica). Essas atividades estão centradas basicamente nos serviços prestados por entidades nacionais públicas e privadas que se dedicam à execução de aerolevanteamento no território nacional e naqueles disponibilizados por entidades estrangeiras.

Para sua regularização, foi criado o Cadastro de Levantamento Aeroespacial do Território Nacional (Cilaten), no qual constam as áreas aerolevantadas do território nacional. Já as atividades brasileiras de cartografia de interesse militar são coordenadas pela Comissão de Cartografia Militar (Comcarmil) e orientadas pela Política Cartográfica Militar, que tem como objetivo implementar um Sistema Cartográfico Militar. Outra política importante é a Política de Meteorologia de Defesa, que orienta as atividades voltadas para a Meteorologia Militar, coordenadas pela Comissão de Meteorologia Militar (Cometmil).

### Objetivos

- Dotar o Brasil de produtos cartográficos atualizados. Executar atividades cartográficas relativas à elaboração de produtos, ao suprimento e à manutenção de material cartográfico para o País.

### Instrumentos legais

- Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 e de 2008-2011
- Portaria Ministerial nº 1.046, de 27 de dezembro de 1990 – IG 10-54
- Portaria Ministerial nº 032-Res, de 5 de abril de 1982 (Plano Diretor do Exército – PDE)
- Portaria de aprovação do Livro 1 do PDE

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi instituído pela necessidade de fornecer ao Exército e a outros órgãos públicos informações geográficas atualizadas sobre o território brasileiro.

### Resultados

De 2003 a 2010, foram realizados 1.958 produtos cartográficos (mapas).

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Cooperação Transfronteiriça

A faixa de fronteira brasileira é delimitada pela Constituição Federal de 1988, com uma área de 150 km de largura da linha de fronteira, ao longo de 15.719 km, constituída por 11 unidades da Federação e 588 municípios. Totaliza 27% do território nacional e faz fronteira com dez países da América do Sul. Essa delimitação garante a soberania nacional, propicia a defesa do território, mantém o controle territorial e promove o desenvolvimento do País. A área apresenta baixa densidade demográfica, está longe dos centros decisórios e possui uma diversidade social, econômica, cultural e ambiental pouco conhecida da maioria da população brasileira.

A cooperação com países vizinhos promove ações para o desenvolvimento regional e a defesa territorial. Desse modo, estão previstas operações ribeirinhas e marítimas combinadas, conferências e troca de conhecimentos em assuntos de interesse comum na faixa de fronteira, efetivando o intercâmbio de procedimentos comuns e complementares nas áreas de responsabilidade das unidades participantes, como desmatamento, poluição das bacias comuns, mineração e conflitos com indígenas.

Há que se observar as cooperações: Brasil-França, que se materializará com a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, e Brasil-Peru, que permite a implementação de ações de proteção ambiental fronteiriça e de operações conjuntas de controle de extração ilegal de madeira na fronteira.

### Objetivos

- Favorecer a cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e o exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais e internacionais.

- Implementar ações de proteção ambiental fronteiriça e de operações conjuntas de controle de extração ilegal de madeira na fronteira.
- Realizar operações ribeirinhas combinadas nos rios fronteiriços e de penetração com as armadas do Paraguai, da Bolívia, da Colômbia e do Peru.
- Aumentar a interoperabilidade entre as marinhas e realizar ação de presença.
- Realizar operações navais com as armadas do Uruguai, da Argentina, da França e da Venezuela.
- Promover a interoperabilidade regional.
- Promover cooperação militar com países amigos.
- Contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação, no âmbito internacional.
- Incrementar medidas de confiança mútua.
- Efetivar o intercâmbio de procedimentos comuns e complementares nas áreas de responsabilidade das grandes unidades participantes.
- Treinar e desenvolver procedimentos conjuntos, objetivando o policiamento do espaço adjacente às respectivas fronteiras.
- Planejar e conduzir as Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM).
- Programar, orientar e controlar a execução das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) com os exércitos de nações amigas.
- Formular, propor e manter atualizadas, no nível de direção geral, as políticas e diretrizes estratégicas relativas a assuntos especiais.

#### **Data de início**

1997

#### **Instrumentos legais**

- Decreto nº 2.200, de 8 de abril de 1997: promulga o Acordo-Quadro de Cooperação, celebrado entre os governos de Brasil e França, em Paris, em 28 de maio de 1996.
- Decreto nº 6.250, de 6 de novembro de 2007: promulga o acordo entre os governos de Brasil e França, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o estado do Amapá, celebrado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda, de 21 de outubro de 2005.
- Declaração dos governos de Brasil e Peru sobre integração física e conservação do meio ambiente, em 21 de janeiro de 2006.
- Constituição Federal de 1988, Art 142, Caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.
- Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.
- Portaria nº 514, de 29 de junho de 2010.
- Portaria nº 090 - EME, de 12 de julho de 2010.

#### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Tendo em vista o atual concerto de nações, a promoção da interoperabilidade regional faz-se necessária, contribuindo para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação.

Sobre a cooperação Brasil-Peru, ela surgiu em 2001, a partir de conflitos na fronteira, em consequência da invasão de madeireiros peruanos em território indígena no Acre, o que determinou a criação de grupo de trabalho (GT) interministerial, coordenado pelo MRE. Em 2002, um subgrupo do GT evoluiu para o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF) ampliado, em janeiro de 2006, com a declaração dos governos do Brasil e Peru sobre integração física e conservação do meio ambiente.

Considera-se, ainda, que em alguns casos, como o do acordo entre Brasil e França, as políticas existentes não eram capazes de dinamizar a cooperação, tendo em vista ser a região bastante afastada dos centros de poder.

As ações, assim, foram instituídas para favorecer a colaboração transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame de projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos países.

#### **Resultados**

- Cooperação Transfronteiriça Brasil-França: Construção de ponte sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o estado do Amapá, a partir de acordo assinado em Paris, em 15 de julho de 2005. A inauguração está prevista para dezembro de 2010.



- Cooperação Transfronteiriça Brasil-Peru: Várias tensões foram amortecidas no conflito entre madeireiros e índios naquela faixa de fronteira. Índices de desmatamento e poluição dos rios das bacias comuns aos dois países têm registrado diminuição progressiva.
- Realizadas operações ribeirinhas combinadas, nos rios fronteiriços, e de penetração com as armadas do Paraguai, da Bolívia, da Colômbia e do Peru.
- Realizadas operações navais com as armadas do Uruguai (uma, anual), da Argentina (duas, anuais), da França (duas, anuais) e da Venezuela (bianual).
- Cooperação Militar com realização, desde 2003, de:
  - ✓ 51 conferências bilaterais com os Estados-Maiores das Forças Armadas dos seguintes países amigos: Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai, Suriname, Guiana, Estados Unidos da América, Espanha e Reino Unido.
  - ✓ 95 reuniões regionais de intercâmbio militar, com membros das Forças Armadas de países que fazem fronteira com o Brasil.
- Realizados exercícios bianuais e bilaterais com forças aéreas de países limítrofes, sendo:
  - ✓ Argentina (Operação Prata), desde 1997; Venezuela (Operação Venbra), desde 2000.
  - ✓ Peru (Operação Perbra), desde 2004; Colômbia (Operação Colbra) e Paraguai (Operação Parbra), desde 2005, e Bolívia (Operação Bolbra), desde 2010.
  - ✓ Guiana Francesa (Operação Urubu), apenas em 2007.
- Por meio do Correio Aéreo Nacional (CAN), transporta pessoas e assistência de toda ordem – médica, sanitária, transporte, logística etc. – às populações e aos municípios das regiões isoladas do País, desde 12 de junho de 1931. Em 2004, foram criadas quatro linhas internacionais na América do Sul, sendo três mensais e uma bimestral:
  - ✓ Brasília-Assunção-Santiago-Buenos Aires-Montevideu-Brasília
  - ✓ Brasília-Santa Cruz de la Sierra-Lima-Quito-Brasília
  - ✓ Brasília-Bogotá-Caracas-Brasília
  - ✓ Brasília-Georgetown-Paramaribo-Brasília (bimestral)

## Participação Brasileira em Missões de Paz

Os planejamentos conjuntos, tanto em nível estratégico quanto operacional, agregam e aumentam a interoperabilidade entre os diversos sistemas das Forças, bem como atualizam a Doutrina Básica de Emprego Conjunto. Nessa linha de ação, foram coordenados e realizados eventos para o emprego das Forças Armadas e para as operações de paz, destinados a incrementar a interação entre os integrantes das três Forças, difundir e ampliar conhecimentos, estabelecer doutrina e formas de atuação, de modo a tornar o emprego conjunto cada vez mais eficaz.

No contexto das ações conjuntas, destacou-se a atuação das forças brasileiras na Missão de Paz, no Haiti, onde Marinha e Exército, com apoio logístico da Força Aérea, participam do esforço internacional conjunto de trazer a paz e o desenvolvimento para aquele país. A participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) tem como marco inicial a aprovação, por unanimidade, pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), da Resolução de nº 1.542, de 30 de abril de 2004.

A participação das Forças Armadas do Brasil foi uma decisão do Governo, após consulta realizada pela ONU ao Brasil sobre a possibilidade de as tropas brasileiras integrarem o contingente militar multinacional da referida missão. Após a Exposição de Motivos nº 91, de 7 de maio de 2004, do presidente da República ao Congresso Nacional, foi aprovado o Decreto Legislativo nº 207, de 19 de maio de 2004, que oficializou o compromisso assumido pelo Governo brasileiro com a ONU.

Inserido nesse contexto e, conforme preconizam as normas estabelecidas pela ONU, constantes da Diretriz para os Países que Contribuem com Tropas para a Minustah, o Brasil, a cada seis meses, substitui todo o seu contingente no Haiti.

O Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução de 13 de outubro de 2009, estendeu o mandato da Minustah até 13 de outubro de 2010. A autorização dada pelo Congresso para a permanência das tropas no Haiti não fixou prazo determinado para o encerramento da missão. O contingente das Forças Armadas mantido pelo Brasil, no Haiti, é o maior enviado para fora do País desde a Segunda Guerra Mundial. Os militares brasileiros formam o maior efetivo militar da missão, dentre os mais de sete mil militares, de 16 países, que atuam no Haiti.

Outro claro compromisso brasileiro com o bem-estar do país caribenho foi demonstrado na promoção do Jogo da Paz 2004, por ocasião da primeira visita do presidente brasileiro ao Haiti, em agosto de 2004. A partida amistosa entre a seleção brasileira de futebol e a equipe nacional haitiana foi um marco da solidariedade esportiva do Brasil.

Ainda no nível internacional, o Brasil vem promovendo campanhas de desminagem terrestre. O País também tem realizado treinamentos envolvendo os estados-maiores de Forças Armadas de países amigos, possibilitando a troca de experiências e conhecimentos, além de aproximar as Forças, contribuindo para o fortalecimento das medidas de confiança mútua e para a consecução da política externa brasileira. Dentre outras missões realizadas, encontram-se as de Guiné Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor-Leste, Nepal, Chipre e Saara Ocidental, Chade e República Centro-Africana.

### Objetivos

- Prover a segurança de pontos sensíveis, incluindo os seus arredores.
- Prover segurança ao longo da maioria das rodovias.
- Deter grupos armados.
- Proteger o acesso à infraestrutura humanitária.
- Realizar operações militares em apoio ao desarmamento, em conjunto com a Polícia Nacional Haitiana (PNH) e com a Polícia Civil Internacional.
- Apoiar, quando necessário, a PHN e a Polícia Civil Internacional em eventos onde haja perturbação da ordem e violência.
- Criar condições para estabilização e segurança do Haiti.
- Organizar eleições presidenciais e municipais.
- Garantir que sejam assegurados os direitos humanos do povo, em especial das mulheres e das crianças.

### Conquistas antes do terremoto

A missão da ONU no Haiti conseguiu reduzir, significativamente, os níveis de violência em Porto Príncipe, trazendo relativa normalidade à vida da população, até a ocorrência do terremoto. Após a subjugação de grupos criminosos que dominavam vários bairros da cidade, tornou-se possível a circulação de pessoas em áreas onde antes não era possível o trânsito. Mas a avaliação da ONU, compartilhada pelas Forças Armadas brasileiras, é de que ainda seria necessário um tempo maior para a consolidação do processo de paz naquele país, inclusive com a consolidação das novas instituições haitianas. A retirada prematura das forças de segurança poderia criar condições para um eventual retorno de atividades criminosas.

No entanto, paralelamente ao fortalecimento institucional, já era necessário apressar o desenvolvimento econômico, razão última da estabilidade social. Com a ocorrência do terremoto, essa necessidade tornou-se ainda mais urgente. Desde 2008, o Brasil tem atuado fortemente junto aos organismos multilaterais para que sejam alocados recursos internacionais para obras, principalmente na infraestrutura haitiana, em projetos que geram empregos e renda.

A Estratégia Nacional de Defesa prevê a expansão da participação brasileira em operações de manutenção de paz, sob a égide da ONU ou de outros organismos multilaterais.

### Data de início

1957: início da participação do Brasil em operações de paz da ONU.

### Instrumentos legais

- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008: Estratégia Nacional de Defesa.
- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005: Política Nacional de Defesa.
- Lei nº 10.937, de 12 de agosto de 2004: dispõe sobre a remuneração dos militares a serviço da União integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional, e sobre envio de militares para o exercício de cargos junto a organismo internacional.
- Decreto Legislativo nº 207, de 2007: autoriza o envio de contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah).
- Decreto Legislativo nº 189, de 2008: relativo ao aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah).
- Decreto Legislativo nº 75, de 2010: relativo ao aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah).
- Resoluções do Conselho de Segurança (CS) da ONU:
- Resolução nº 1.529 de 29 de fevereiro de 2004: autorizava o desdobramento imediato de uma Força Multinacional Interina (MIF) para agir no Haiti.
- Resolução nº 1.542, de 30 de abril de 2004: o CS criou a Minustah, com a transferência da responsabilidade da MIF.

## Resultados

### Haiti

- Até 2008, o limite da missão era de 1,2 mil homens. Entretanto, em 2009, a pedido da ONU, o limite foi elevado para 1,3 mil homens. No início de 2010, em decorrência do terremoto, foram designados mais 900 militares para a missão. Dessa forma, em 2010, o efetivo brasileiro no Haiti perfaz um total de 2.416 homens. Somados aos militares que já serviram na missão de paz, desde maio de 2004, há um total de, aproximadamente, 15,5 mil militares.
- Atendimento a compromissos internacionais.
- Valioso instrumento de política externa: projeção internacional positiva.
- Demonstração de empenho e responsabilidade em contribuir para a paz e a segurança internacional.
- Reforço dos princípios do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.
- Elevação do poder dissuasório.
- Visibilidade no âmbito interno.
- Integração com Forças Armadas de outros países (troca de experiências).
- Reconhecimento internacional do excelente nível das Forças Armadas Brasileiras.
- Oportunidade de aprimoramento do treinamento das Forças Armadas.

### Atividades de desminagem

- Desde junho de 2003, há militares no Peru e no Equador, participando da Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul (Marminas), promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## MARCOS LEGAIS

- Lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004: altera a Lei complementar nº 97, que dispõe sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.
- Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005: aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).
- Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006: fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.
- Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007: dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob).
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008: aprova a Estratégia Nacional de Defesa.
- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2008 – Política de Defesa Nacional: tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do poder nacional.
- Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009: estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e de inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.
- Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010: altera a Lei Complementar nº 97, que dispõe sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do ministro da Defesa.
- Medida Provisória nº 499, de 25 de agosto de 2010: altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transforma funções comissionadas técnicas em cargos em comissão, altera as leis nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.
- Mensagem Presidencial nº 498: cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), gratificações de representação, gratificações de exercício em cargo de confiança devidas a militares e gratificações de representação pelo exercício de função, destinados ao Ministério da Defesa.
- Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010: dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (Pnavsec).

- Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010: dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa (PEnsD), e dá outras providências.
- Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010: aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras providências.
- Portaria nº 1.429/MD, de 6 de setembro de 2010: estabelece diretrizes para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
- Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010: dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional.
- Decreto nº 4.872, de 6 de novembro de 2003: dá nova redação aos arts. 4º, 8º e 9º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- Decreto nº 4.801, de 6 de agosto de 2003: cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.
- Decreto nº 6.371, de 12 de fevereiro de 2008: dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.801, de 6 de agosto de 2003, que cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.
- Decreto nº 6.540, de 19 de agosto de 2008: altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.
- Portaria nº 239- GSIPR, de 20 de junho de 2003: aprova as normas e os procedimentos gerais para o intercâmbio de dados e de conhecimentos entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- Mensagem nº 997, de 9 de dezembro de 2009: encaminha ao Congresso Nacional o texto da Política Nacional de Inteligência.

## GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### Forma de participação na gestão, formulação, monitoramento e/ou avaliação das políticas

A promoção de ações articuladas dos setores de defesa junto à sociedade brasileira contribui para a convergência, a evolução em um contexto de reorganização, bem como para a ampliação da legitimidade do órgão. Nesse processo de inserção, a educação para o desenvolvimento estimula a estratégia de defesa nacional.

- **Projeto Soldado Cidadão:** oferece aos jovens cursos profissionalizantes, proporcionando-lhes capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, de modo a melhorar as condições de ingresso no mercado de trabalho<sup>4</sup>.
- **Programa Forças no Esporte (Profesp):** foi implementado em diversas organizações militares por todo o País<sup>5</sup>.
- **Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB):** tem o objetivo de conduzir a preparação para o V Jogos Mundiais Militares, que será realizado entre 17 e 24 de julho de 2011, no Rio de Janeiro<sup>6</sup>.
- **Projeto Rondon:** trata-se de ação interministerial de governo, destinada a incorporar, de forma ativa, a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais. O relançamento do Projeto Rondon foi realizado pelo presidente da República, em 2005, na cidade de Tabatinga (AM).
- **Programa Calha Norte (PCN):** promove a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Veja subeixo Logística de Transportes no Eixo 3.

4. Ver Políticas para a Juventude no subeixo Cidadania e Direitos Humanos no Eixo 2, Volume II.

5. Ver capítulo Esporte, Eixo 2, Volume II.

6. Ver capítulo Esporte, Eixo 2, Volume II.